

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Ano lectivo 2018 / 2019

2º Ano/Noite

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA

Regência: Prof. Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde

PROGRAMA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – O CONCEITO LEGAL DE OBRIGAÇÃO. O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NO SISTEMA JURÍDICO

1. A definição legal de obrigação. Distinção de figuras próximas
2. Características do Direito das Obrigações e sua inserção sistemática

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

3. O princípio da autonomia privada
4. O princípio do ressarcimento de danos
5. O princípio da restituição do enriquecimento injustificado
6. O princípio da boa fé
7. O princípio da responsabilidade patrimonial

CAPÍTULO III – CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO

8. Generalidades
9. Doutrinas pessoalistas
10. Doutrinas realistas
11. Doutrinas mistas
12. A complexidade do vínculo obrigacional
13. Posição adoptada

CAPÍTULO IV – CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO

14. Generalidades
15. A tendencial patrimonialidade
16. A mediação ou a colaboração devida
17. A relatividade. A questão da eficácia externa das obrigações
18. A autonomia
19. Conclusão

CAPÍTULO V – DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS DE CRÉDITO E DIREITOS REAIS

20. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais
21. A questão dos direitos pessoais de gozo

CAPÍTULO VI – OBJECTO DA OBRIGAÇÃO: A PRESTAÇÃO

22. Delimitação do conceito de prestação
23. Requisitos legais da prestação
 - Generalidades
 - Possibilidade física e legal
 - Licitude

- Determinabilidade
- Não contrariedade à ordem pública e bons costumes

CAPÍTULO VII – A COMPLEXIDADE INTRA-ORIGACIONAL E OS DEVERES ACESSÓRIOS DE CONDUTA

CAPÍTULO VIII – MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

24. As obrigações naturais. Problemática da sua inserção no conceito de obrigação

25. Classificação das obrigações em função dos tipos de prestações

- Generalidades
- Prestações de coisa e de facto
- Prestações fungíveis e infungíveis
- Prestações instantâneas e duradouras
- Prestações de resultado e prestações de meios
- Prestações determinadas e indeterminadas
 - Generalidades
 - Obrigações genéricas
 - Obrigações alternativas. Distinção das obrigações de faculdade

alternativa

- Obrigações pecuniárias
 - Generalidades
 - Obrigações de quantidade
 - Obrigações em moeda específica
 - Obrigações em moeda estrangeira
- Obrigações de juros

26. Indeterminação e pluralidade de partes na relação obrigacional

26. 1. A indeterminação do credor na relação obrigacional

26. 2. A pluralidade de partes na relação obrigacional

- Generalidades
- As obrigações conjuntas ou parciárias
- As obrigações solidárias
 - Generalidades
 - O regime da solidariedade passiva
 - O regime da solidariedade activa
- As obrigações plurais indivisíveis
- Outras modalidades de obrigações plurais

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I – CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DAS OBRIGAÇÕES

27. As diversas classificações das fontes das obrigações

28. Posição adoptada

SECÇÃO II – FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA

29. O contrato

- Generalidades
- Modalidades de contratos
 - Classificação dos contratos quanto à forma
 - Classificação dos contratos quanto ao modo de formação
 - Classificação dos contratos quanto aos efeitos:
 - Contratos obrigacionais e reais
 - A cláusula de reserva de propriedade
 - Classificação dos contratos entre sinalagmáticos e não sinalagmáticos
 - Classificação dos contratos entre onerosos e gratuitos
 - Classificação dos contratos entre comutativos e aleatórios
 - Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos
 - Contratos mistos
 - A união de contratos

- Os contratos preliminares
 - O contrato-promessa
 - Pacto de preferência

- O conteúdo do contrato. Contrato a favor de terceiro. Contrato para pessoa a nomear

30. Os negócios unilaterais

SECÇÃO III – FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DO RESSARCIMENTO DE DANOS

31. A responsabilidade civil. Introdução e classificações
32. Responsabilidade delitual
33. Responsabilidade obrigacional.
34. A terceira via
35. Responsabilidade pelo risco
36. Responsabilidade pelo sacrifício
37. Obrigação de indemnização

SECÇÃO IV – FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA RESTITUIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO

38. O enriquecimento sem causa. Introdução
39. Pressupostos do enriquecimento sem causa
40. Modalidades de enriquecimento sem causa
41. Obrigação de restituição do enriquecimento injustificado

SECÇÃO V – FONTES DAS OBRIGAÇÕES NÃO BASEADAS EM PRINCÍPIOS GERAIS

42. A gestão de negócios
43. As relações contratuais de facto